

CIDADANIA

Participação ativa no cumprimento do mandato missionário de Jesus Cristo

*“Quando os honrados governam, o povo se alegra,
quando os perversos mandam, o povo se queixa”*

Provérbios 29.2



Carta Pastoral do

Colégio Episcopal da Igreja Metodista

[ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2012]



I. INTRODUÇÃO

Como bispa e bispos, exortamos o “povo metodista” a serem Discípulas e Discípulos nos caminhos da missão para cumprir o mandato missionário de Jesus, que neste momento é exercer nossa cidadania a favor da vida nas próximas eleições municipais. E os/as exortamos a fazê-lo sob a graça, misericórdia e paz da parte de Deus Pai, de Cristo, nosso Salvador e do Espírito Santo, nosso fortalecedor e instrutor! Amém!

Exercer cidadania na Roma Antiga significava o direito de cada pessoa possuir e podia exercer na política em benefício da vida e da comunidade onde sua participação ativa se manifestava através deste exercício: cidadania. Para nós a cidadania se amplia como participação ativa no cumprimento do mandato missionário de Jesus Cristo.

Nosso grande desafio no exercício da cidadania no século XXI é promover mudanças que beneficiam a vida e o ser humano dentro da sociedade em que estamos inseridos como metodistas. Exercer a cidadania é buscar a conscientização de cada indivíduo dentro da sua comunidade onde cada um deve ter bem claro os seus direitos e deveres em sociedade.

A cientista política Hannah Arendt faz a seguinte afirmação: “Perdendo sua cidadania, enquanto vínculo que o liga a um determinado Estado e que é a nacionalidade, o indivíduo fica à margem dos processos socioeconômicos e políticos, o que o torna supérfluo na sociedade e o exclui do espaço público. Não tem vez nem voz.

A cidadania, enquanto nacionalidade vincula o indivíduo a algum tipo de comunidade jurídica e politicamente organizada. Isto possibilita que o indivíduo viva numa sociedade onde pode ser julgado por ações e opiniões de acordo com o estatuto jurídico dominante. E é esta possibilidade que lhe dá a condição de participação. A cidadania, portanto, não pode ser reduzida apenas à simples vinculação à nacionalidade ou à participação política eleitoral dos indivíduos na sociedade” (Arendt apud Lafer, 1991:22).

Já o pesquisador José de Oliveira Baracho, ao desenvolver a Teoria Geral da Cidadania, destaca que “o conceito de cidadão e cidadania vem adquirindo particularidades, que não se esgota na compreensão de ser aquele que participa dos negócios da cidade. Os homens passaram da situação de sujeitos para a de cidadãos, sendo que na França, somente em 1830, a palavra sujeito desapareceu dos documentos oficiais. O cidadão, no dizer de Philippe Ardant, introduziu com ele a democracia, não existe cidadãos sem democracia ou democracia sem cidadãos” (fonte: “A plenitude da cidadania (Teoria Geral da Cidadania) e as Garantias Constitucionais e Processuais”).

Creemos na proximidade do Reino de Deus, em um tempo de justiça. Por sermos membros do ministério responsável pela orientação doutrinária e pastoral da Igreja, sentimo-nos no dever de nos dirigir ao povo metodista do Brasil no momento em que o país se prepara para as eleições municipais, no próximo mês de outubro. Nós o fazemos em oração contrita em favor de todo o povo brasileiro.

Nossa intenção é dar as orientações que julgamos necessárias neste período eleitoral, a fim de testemunhar o ardor da missão por meio do voto cidadão e responsável. De modo geral, seguimos o mesmo posicionamento assumido nas Cartas Pastorais anteriores sobre eleições.

II. AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM 2012:

- o DIA DAS ELEIÇÕES: Segundo o calendário da justiça eleitoral, o “Dia das Eleições” será 07 de outubro de 2012 em primeiro turno. As cidades que tiverem o segundo turno, este será em 28 de outubro de 2012.
- o Nestes dias iremos às urnas para escolher as lideranças dos 5.558 Municípios do País e vamos votar em:
 - a. Prefeitos ou Prefeitas
 - b. Vereadores ou Vereadoras

III. ANÁLISE DE CONJUNTURA:

Mais uma vez, nós, cristãos/ãs metodistas, somos chamados/as a exercer nossa responsabilidade cristã, testemunhando, por meio da participação no processo eleitoral, nosso compromisso com a cidadania e a construção de um país melhor para todas as pessoas a partir de nossos municípios, o lugar onde moramos e servimos a Deus.

Vivemos dias de uma grande crise mundial, bem como inseguranças quanto ao futuro econômico de muitos países, em especial, da Europa. Temos pela primeira vez na história de nosso país uma mulher na Presidência da República que constrói sua caminhada política enfatizando a importância da honestidade e combate à corrupção. Precisamos saber escolher bem as pessoas que irão governar e administrar nossas cidades nos próximos quatro anos.

Recentemente, tivemos na cidade do Rio de Janeiro a Rio+20, que trouxe a todos nós a grande preocupação com a natureza e o crescimento sustentável. Precisamos consolidar a visão de Deus para a natureza, onde o cuidado e a preservação do Meio Ambiente sejam um compromisso a ser assumido e vivenciado por todos nós, porém com propostas claras e concretas a favor do ser humano e da natureza. Não podemos votar em lideranças que não expressam esse compromisso através da sua história de vida com ações concretas e visíveis em nossas cidades.

Implementar ações que envolvam cada metodista nas cidades para cuidar e preservar o Meio Ambiente e exercer sua mordomia são prioridades na escolha de nossos governantes.

Tenhamos claro que tudo a que hoje assistimos é fruto da história do Brasil, que desde o seu início teve nas elites o comportamento de quem apenas deseja explorar as riquezas existentes nesta terra e não construir uma

nova nação. A divulgação de investigações, CPIs e até a prisão de pessoas influentes significam um avanço em nossa sociedade. Porém, para o povo, isso parece favorecer o descrédito nas instituições, especialmente nos políticos, e favorecer a desmobilização. O que deveria ser um sinal positivo torna-se assim algo extremamente nefasto, pois perdemos a oportunidade de avançar na construção de um projeto democrático pautado na ética e na responsabilidade civil e pública.

O resultado é que as eleições ficam desarticuladas: há pouco interesse em participar efetivamente, como se evidência em certa apatia do eleitorado. Observa-se principalmente um descrédito em relação aos partidos políticos, que acabam sendo atingidos pelo mesmo descrédito dos políticos.

E numa eleição como esta, municipalizada, acentua-se a tendência de votar nas pessoas e não por princípios partidários. Isso ocorre especialmente nos menores centros e cidades de porte médio e pequeno, favorecendo o oportunismo tanto do candidato como do eleitorado. O candidato, almejando a participação no poder e nos recursos públicos, e os eleitores pensando apenas em usufruir vantagens pessoais ou familiares.

Nos grandes centros, as campanhas são entregues aos 'marqueteiros políticos' que "vendem" seus clientes como se faz a propaganda de um sabonete ou qualquer outro produto de consumo. Com isso, tanto no primeiro caso como no segundo, a discussão ideológica de propostas consistentes para o município ou mesmo para o Estado ou o País praticamente não existem, empobrecendo nossa vida política.

O termo *política* vem de *polis* (palavra grega que tem como pano de fundo o cuidado com a cidade). É natural que as propostas sobre as formas de cuidado venham a convergir em algumas possibilidades, conformando correntes de opinião, que seriam ou se transformariam nos partidos políticos. Com a descrença da população nas instituições políticas, desarticulam-se essas 'correntes de opinião' e a política fica entregue apenas às intenções ou apetites pessoais, numa espécie de anti-política ou de neutralidade política.

Existem ainda pessoas ou grupos bem intencionados, que trabalham para resgatar um pouco de ética no processo eleitoral. É o caso de organizações que lutaram pela ilegibilidade de pessoas com 'ficha suja', ou seja, que estão respondendo a processo judicial. A gravidade desse assunto deve-se ao fato de que muitas pessoas envolvidas com a Justiça buscam eleger-se para gozar da imunidade que o exercício de cargos públicos confere a seus ocupantes. Não devemos votar em quem já tenha sido condenado, pelo menos em alguma instância do Judiciário.

Por quatro votos a três o Superior Tribunal Eleitoral decidiu liberar para as eleições municipais de 2012 as candidaturas de políticos que tiveram suas contas de campanhas rejeitadas pela Justiça Eleitoral. Os chamados "contas sujas" poderão concorrer aos cargos nas Eleições Municipais de 2012, portanto cabe a cada metodista uma atenção especial a este fato para que possamos ser orientados e orientar o povo a respeito deste fato grave da gestão pública.

Precisamos pesquisar e procurar as informações a respeito deste fato, ou seja, quem são os candidatos "contas sujas" de nosso município. Em busca da justiça e da transparência não podemos votar em quem não cumpre o mínimo que se espera: prestação de conta limpa e transparente.

É necessário que façamos a 'tradução' desses grandes problemas da nossa sociedade para a esfera dos municípios, observando como eles se manifestam e quais as posturas dos candidatos diante deles.

Muitos candidatos não têm nenhum envolvimento real e prático com as idéias que anunciam em suas campanhas. São como produtos, embalados com idéias e propostas criadas para seduzir os eleitores, sem conteúdo e vivência política do que pregam.

É comum que as cidades se transformem em um imenso parque de obras, em que o governo local aplica todo o investimento possível para tentar a reeleição ou fazer o seu sucessor.

Neste contexto, é necessário levar em conta que pela primeira vez em nossa história, o Brasil chega à condição de ter 82% de sua população nas cidades. Segundo dados do IBGE, em 1930 o Brasil tinha a seguinte distribuição de sua população: 12,9 milhões na área urbana e 28,3 milhões na área rural. Em 2000, a população brasileira estava assim constituída: 138 milhões na área urbana e 31,8 milhões na área rural. Dados afirmam que o nosso país vive um déficit de 6 milhões e 600 mil unidades habitacionais, deficiência que aumenta a uma média de 145 mil novas moradias por ano. A falta de uma política urbana no país tem como resultado os problemas sociais que transformaram as cidades em espaços de desigualdades, injustiças e muita violência.

Não podemos esquecer também do compromisso que a Igreja Metodista assumiu em seu 19º Concílio Geral em "promover um maior comprometimento e resposta da Igreja ao clamor do Desafio Urbano". Nas grandes metrópoles crescem a violência, o uso das drogas, a poluição, a falta de espaços para lazer, problemas de habitação, saúde, transporte, educação e tantos outros. É importante saber qual é o compromisso que cada político tem assumido com o crescimento sustentável e a valorização da ecologia e os benefícios a favor da vida.

Mesmo nas cidades pequenas, não podemos menosprezar este compromisso, pois elas também enfrentam diversas dificuldades semelhantes, em menor proporção, mas não em menor importância.

Desenvolver um crescimento sustentável também deve ser prioridade nas zonas rurais, pois o campo é o grande celeiro produtor de alimentos saudáveis para humanidade, e sua preservação garante o equilíbrio do meio ambiente.

Todos esses fatores contribuem para o processo de desestabilização social, levando a um quadro de violência urbana generalizada. Por não estarmos isolados, uma vez que habitamos nas cidades, a Bíblia nos exorta dizendo: "procura a paz da cidade para onde vos desterreis e orai por ela ao Senhor; porque na sua paz vós tereis paz" (Jr 29.7).

Como procurar a paz da cidade num contexto tão desigual como este? Qual a responsabilidade cristã/metodista nestes tempos de eleições municipais?

- Em primeiro lugar, a Bíblia nos adverte a ter cuidado com os processos de escolha. Devemos ter atenção redobrada ao analisar quem se apresenta para governar. No livro de Juizes, podemos encontrar uma crítica às intenções das pessoas que desejam o poder (Jz 9.8-11).
- No texto em questão, o povo é comparado às árvores que escolheram para seu governante um espinheiro, ou seja, alguém que não poderia gerar coisas boas! Inspirados no Credo Social da Igreja Metodista, os metodistas crêem que é responsabilidade civil de sua membresia “servir o Brasil através da participação ativa do povo metodista na formação de uma sociedade consciente de suas responsabilidades”.

IV. A BÍBLIA NOS ADVERTE A TER CUIDADO COM OS PROCESSOS DE ESCOLHA:

A participação no contexto das cidades exige um envolvimento da comunidade de fé nos organismos da sociedade civil. Agindo assim, seguiremos o exemplo da igreja primitiva que, como resultado de sua presença benéfica na cidade, caminhava “contando com a simpatia de todo o povo” (At 2.47).

Serviremos às cidades, em nome de Cristo, quando como igreja local, estivermos presentes nas ações em seu favor. A legislação brasileira assegura a existência de vários conselhos municipais que contemplam a participação da sociedade civil.

Esses conselhos, formados por entidades governamentais e não-governamentais, são órgãos consultivos e de assessoramento, representativos e com atribuições específicas em cada área. Funcionam regularmente conforme cronograma aprovado pelo plenário, em reuniões.

Os conselhos municipais asseguram a democratização e a transparência na utilização dos recursos municipais. Cada cidade pode criar conselhos de acordo com as suas necessidades.

As cidades, na sua maioria, possuem os seguintes conselhos:

- a. Conselho de Alimentação Escolar;
- b. Conselho Municipal de Assistência Social;
- c. Conselho Municipal do Idoso;
- d. Conselho Municipal de Assistência à Pessoa Portadora de Deficiência;
- e. Conselho Municipal de Meio Ambiente;
- f. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- g. Conselho Municipal de Transporte Coletivo;
- h. Conselho Municipal de Educação;
- i. Conselho Municipal de Saúde.

Diante desse direito adquirido de participação, neste período eleitoral, o povo metodista, num gesto de inserção pública da Igreja, deve estar ciente de suas responsabilidades na escolha de poderes executivo e legislativo que assegurem, na organização de cada cidade, o funcionamento dos conselhos municipais.

Desta forma, cumprimos a palavra profética de Jeremias, procurando a paz da cidade para que tenhamos paz. Nosso voto deve ter uma característica cidadã, pois, como metodistas, somos chamados/as a testemunhar o ardor da missão em nossa comunidade, e o voto ético faz parte desse processo.

Na administração e gestão das cidades há todo um quadro de funcionários/as públicos/as. Grande responsabilidade está sobre estes/estas. Eles tem que ter “ficha limpa”, e os metodistas que exercem estas funções tem que ser exemplo de santidade em sua ação. Por isso é importante saber que projetos os/as candidatos/as têm em relação a este funcionalismo.

V. NOSSO VOTO DEVE TER UMA CARACTERÍSTICA CIDADÃ:

Como cristãos/ãs e cidadãos/ãs responsáveis perante Deus e comprometidos/as com a paz e a justiça, não devemos ser influenciados a votar de acordo com interesses próprios e que ferem os princípios do Reino de Deus.

Devemos tomar muito cuidado com o voto baseado em soluções momentâneas para os problemas enfrentados pela sociedade. Nosso voto deve refletir a consciência de que as mudanças sociais fazem parte de um processo, no qual é necessário caminhar em conjunto com os vários segmentos de nossa comunidade.

Ter conhecimento do passado do candidato e dos seus compromissos do presente é o melhor referencial para saber se ele realmente vai cumprir o que prometeu. É importante também ter noção de que participamos de um processo eleitoral para lideranças das cidades brasileiras que possuem desafios muito próprios.

Candidatos/as que a cada eleição se apresentam de maneira diferente, frutos de estratégias de marketing e alianças comprometedoras não são dignos de nosso apoio. O voto ético, comprometido com o Reino de Deus, leva a uma plataforma política cidadã em que a vontade do Senhor é vista e sentida na vida de todos os seus filhos e suas filhas.

Durante o processo eleitoral, nossas igrejas serão procuradas por muitos políticos que entendem o público evangélico como alvo estatístico de valor e com um comportamento confiável.

Nossas igrejas serão assediadas por políticos descomprometidos com os valores do Reino, que certamente quererão participar de nossos cultos, prometer ajuda e recursos, pedindo nosso apoio. Mas ter o voto ético significa que ninguém deve receber nosso voto simplesmente por professar a fé evangélica. Antes, devemos recordar que “a fé, se não tiver obras, por si só está morta” (Tg 2.1). Essa pessoa deve demonstrar,

com sua vida pública, competência e seriedade para o cargo.

Afinal, religiosidade exterior não resolve os graves problemas de nosso país. Voto é coisa séria! Devemos estar atentos a que nosso voto cidadão reflita os valores do Reino de Deus e os frutos pelos quais somos conhecidos.

O voto correto passa, ainda, por uma plataforma de governo correta. Isto é, o candidato que irá receber o seu voto deve ser uma pessoa que mereça sua confiança.

Atualmente, o número de evangélicos não passa mais despercebido em épocas eleitorais. Precisamos de propostas concretas, como concretos são os problemas de nosso país. De qualquer modo, é importante pontuar como determinados grupos sociais vêm descobrindo – e utilizando com muita sabedoria – sua força dentro da sociedade, como ocorre com os negros, as mulheres e as pessoas com deficiência, por exemplo, além dos grupos religiosos.

O despertar dos políticos para esses segmentos denota sua importância social e seu poder de decisão, os quais devem ser assumidos e exercidos com o verdadeiro espírito de cidadania e justiça, visando ao bem-estar comum.

Porém alertamos que, da mesma forma que ninguém deve receber nosso voto simplesmente por ser evangélico, também ninguém deve recebê-lo simplesmente por pertencer a esses grupos. Os candidatos devem ser dignos de nosso voto sempre que apresentem propostas concretas e abrangentes para a solução dos problemas da cidade e da sociedade em seu sentido mais amplo.

O voto ético não se destina a políticos descomprometidos, e sim aos que são “sal da terra e luz do mundo”. Ele não é vendido ou trocado por bens materiais, mas “traz vida em abundância”. Não se deixa levar pelas aparências, e sim fortalece a verdade que liberta. Ele é consciente e traz à memória o que nos pode dar a esperança de uma sociedade cidadã.

VI. PARTICIPAÇÃO DE CLÉRIGOS E CLÉRIGAS NA POLÍTICA:

O pastor e a pastora metodista é chamado/a por Deus para exercer o seu ministério pastoral junto a sua comunidade de fé onde está nomeado/a. Deve ser dedicado no ensino da Palavra de Deus para orientar a todos e todas no exercício de sua cidadania responsável junto aos desafios políticos.

Seu objetivo principal é pastorear o rebanho de Deus a ele/a confiado; quando sente o desejo de concorrer a um cargo político (prefeito/a, vereador/a e outros) deverá imediatamente solicitar licença do ministério pastoral, pois esta é uma normativa da Igreja Metodista para os seus clérigos/as.

VII. PARTICIPAÇÃO DE LEIGOS E LEIGAS NA POLÍTICA:

De igual modo, nós entendemos que cada leigo e leiga metodista é chamado por Deus para participar, através de seus dons e ministérios, da missão em sua comunidade local. Essa participação também inclui o pleno exercício de sua cidadania junto à comunidade local onde está inserido.

Como membro da Igreja Metodista fez votos que deve seguir e praticar, pois assim vai pautar sua vida cristã de acordo com a Palavra de Deus – Bíblia Sagrada – sua única regra de fé e prática (art. 5º de Religião do Metodismo Histórico). Além da Bíblia, vai também praticar e seguir a sua conduta cristã baseada nas Regras Gerais da Igreja Metodista, pois as mesmas vão direcionar suas ações baseadas neste documento que é norma de vida e prática para cada metodista.

As Regras Gerais estão pedagogicamente distribuídas em três grupos:

- o 1º - NÃO PRATICAR MAL ALGUM
- o 2º - FAZER TODO O BEM POSSÍVEL
- o 3º - OBSERVAR TODOS OS PRECEITOS DE DEUS RELATIVOS AO CULTO A ELE DEVIDO.

Cumpramos afirmar que as Regras Gerais não constituem novidade aos metodistas, nem visam substituir instruções escriturárias. Devem ser vistas como um código de conduta que deve ser observado e praticado por todos os metodistas. “Ser metodista era coisa séria. E ainda o é” – (Livro: Linha de Esplendor sem fim).

VIII. ORIENTAÇÕES PASTORAIS AO POVO METODISTA PARA AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2012:

- a. Como cristãos/ãs metodistas, somos chamados a servir à nação brasileira com nossa participação ativa na construção de uma sociedade democrática. Queremos ter uma sociedade em que se garanta a participação de todos os setores no processo de decisão e nos resultados do desenvolvimento econômico. Consideramos que as eleições de outubro, no âmbito municipal, deverão contribuir para a caminhada na direção desse objetivo.
- b. Exortamos os/as metodistas a participar das eleições. Insistimos com todos/as os/as eleitores/as no direito e dever de votar. O momento brasileiro demanda o exercício pleno e consciente de nossa cidadania. **COMPAREÇA E VOTE! NÃO ANULE O SEU VOTO! VOTE CONSCIENTEMENTE! SEJA RESPONSÁVEL! EXERÇA SUA CIDADANIA!**
- c. Como instituição eclesial, a Igreja Metodista não tem, nem pretende contrair vínculos partidários. Não temos compromisso com qualquer partido político. Devemos fidelidade somente ao Senhor Jesus Cristo e

- ao povo a que somos chamados a servir. A participação política em termos partidários dá-se, preferencialmente, por meio dos membros leigos e leigas metodistas. Estudamos, portanto, nossa apreciação às organizações e aos partidos políticos que são movidos em sua prática concreta por objetivos e critérios que representem nossa consciência como Igreja de Cristo.
- d. Ao ministério ordenado da Igreja Metodista cabe, prioritariamente, a tarefa de apoiar e sustentar, pastoralmente, a ação e reflexão política dos membros leigos/as. Os pastores e pastoras metodistas devem procurar ajudá-los/as a concretizar na prática política e partidária a mensagem do Reino de Deus e da Sua justiça.
- e. Os membros do ministério ordenado que se sentirem chamados à postulação de cargos políticos são instados, por nós, a pedirem licença do ministério ativo. Desta maneira, será evitada a partidarização de nossa vida eclesial causada por divergências políticas e partidárias, envolvendo pastores e pastoras das nossas igrejas.
- f. As dependências das igrejas locais e de nossas instituições educacionais e sociais poderão servir como espaço para a informação, reflexão e debate dos/as candidatos/as. Este uso do espaço de nossas igrejas e instituições deve visar à conscientização do povo das comunidades onde estão localizados os diversos trabalhos metodistas. A utilização dos espaços deverá estar em consonância com o Art. 128, item XXV dos Cânones/2007, ou de acordo com o regimento das instituições.
- g. Deve ser evitado todo pronunciamento dos/as e sobre os/as candidatos/as no momento do culto público ou de reuniões específicas da igreja, como a Escola Dominical.
- h. As igrejas locais deverão aproveitar, especialmente, a Semana da Pátria, para o estudo desta Carta Pastoral sobre as Eleições Municipais, bem como um período de oração em favor das eleições municipais em outubro de 2008.
- i. Recomendamos o encaminhamento desta Carta Pastoral aos segmentos políticos da comunidade municipal, aos/às candidatos/as e aos meios de comunicação social.
- j. Por fim, o Colégio conclama o povo de Deus chamado metodista a unir-se em prol de uma sociedade mais justa, lembrando que o “propósito de Deus é reconciliar consigo mesmo o ser humano, libertando-o de todas as coisas que o escravizam, concedendo-lhe uma nova vida à imagem de Jesus Cristo, sob a ação e poder do Espírito Santo, a fim de que, como Igreja, constitua neste mundo e neste momento histórico sinais concretos do Reino de Deus”(Plano para a Vida e Missão da Igreja Metodista, letra b, item 4). Lembremos as palavras do Evangelho: “Os chefes das nações as mantêm sob o seu poder e os grandes, sob o seu domínio, entre nós, não seja assim. Ao contrário, se alguém quer ser grande entre vós, seja o vosso servo, e se alguém quer ser o primeiro entre vós seja o vosso servo. Assim, o Filho do Homem veio, não para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate pela multidão”. (Mateus 20.25-27).

Que o exemplo servicial de Jesus Cristo e Suas palavras iluminem os passos do nosso povo neste tempo de eleições municipais, a fim de que possamos ser “Discípulas e Discípulos nos caminhos da missão que cumprem o mandato missionário de Jesus”.

No amor de Cristo, somos irmãos e irmã
para servir à Igreja no Brasil.

Bispo Adonias Pereira do Lago, Presidente
Bispo João Carlos Lopes, Vice-presidente
Bispa Marisa de Freitas Ferreira, secretária
Bispo Carlos Alberto Tavares Alves
Bispo José Carlos Peres
Bispo Luiz Vergílio Batista Rosa
Bispo Paulo Tarso de Oliveira Lockmann
Bispo Roberto Alves de Souza



Igreja Metodista
www.metodista.org.br

www.metodista.org.br
Avenida Piassanguaba, nº 3031 - Planalto Paulista - São Paulo - SP - CEP 04060-004
Tel.: (11) 2813-8600 Fax: (11) 2813-8632